

ATA DA 021ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

Sumário

Breves Comunicações

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Transmite mensagem de Páscoa a todos os catarinenses.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Aborda a situação do Hospital Infantil Joana de Gusmão.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Lamenta a lentidão do governo em resolver os problemas.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à demarcação de terra indígena no Morro dos Cavalos, na Palhoça.

Partidos Políticos

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Registra que o PCdoB fez 91 anos de história.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Presta homenagem a Moacir Luiz Bogo, pelo recebimento do Título de Cidadão Honorário.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Manifesta-se a respeito de obras no sul do estado.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Aborda a necessidade de disciplinar o funcionamento de eventos culturais, boates, bares, restaurantes e principalmente os *shows* na capital do estado de Santa Catarina.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pronuncia-se a respeito da SCGás.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Condena a farra do boi.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Destaca a importância do serviço de sanitários nos postos de gasolina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, gostaria de cumprimentar os nossos telespectadores da TVAL, aqueles que nos acompanham também pela Rádio Alesc e os nossos amigos que comparecem nesta tarde ao plenário da Assembleia Legislativa. Vejo aqui os jornalistas *Blumenews*, de Blumenau. Em especial quero cumprimentar a comitiva de Itajaí, o Sandro, o André, Itamar, o vereador Clayton Batschauer, companheiro de caminhada de muitos anos. Cumprimento também o reverendo Junior

que está comandando a Comunidade Reviver, em Itajaí. Uma das poucas comunidades que atende à ala feminina. Parabéns pelo trabalho. Estaremos na próxima segunda-feira fazendo uma visita a casa. Sucesso ao trabalho da Comunidade Terapêutica Reviver.

Sr. presidente, srs. deputados, não sou muito de reclamar na tribuna, deputado Manoel Mota, v.exa. que vai para o sétimo mandato, mas às vezes nos intriga as intrigas que fazem nos meios de comunicação.

Ontem, por exemplo, algumas emissoras ou uma emissora da cidade de Blumenau criticava este deputado, o deputado Jean Kuhlmann e a deputada Ana Paula Lima, em relação à via expressa, em Blumenau, com uma reportagem leviana.

O meu celular coloco à disposição do estado de Santa Catarina. É 47-96252828 e está à disposição. Qualquer jornalista pode ligar a qualquer hora. Mas para este jornalista, que me permito não citar o nome, daremos resposta no dia oito, em Blumenau, quando o governador Raimundo Colombo estará na posse da Acib e vai determinar inclusive o cronograma da continuação da via expressa. São 18 quilômetros que ajudarão muito a região norte da cidade.

Esquecendo essas notas negativas, quero aproveitar este momento para trazer a minha mensagem de Páscoa a todos os catarinenses.

A *Pessach*, como dizem os judeus, a transição do Egito para a Terra Prometida, o cristianismo celebra como data magna. Digo como data magna, porque para o cristão não há dúvida de que a Páscoa é mais importante do que o Natal, porque não adiantaria Cristo ter nascido, se não tivesse cumprido a sua missão de ir até o Gólgota e ao terceiro dia ressuscitado, como acreditamos nós, cristãos. E é claro que em todo esse fato histórico há uma metáfora, há uma alegoria a ser aplicada à nossa caminhada. Cristo morreu, mas ressuscitou, e fez isso para também nos ensinar a crucificar os nossos defeitos, os nossos vícios, e a ressuscitar as nossas virtudes.

Eu me lembro de que há 20 anos, quando tive a oportunidade de fazer uma aventura pela Terra Santa, ainda bem jovem, quando cheguei ao Jardim do Sepulcro, vi que existe uma rocha que provavelmente foi o lugar onde o senador José de Arimatéia deixou o corpo de Jesus, deputado Jorge Teixeira, e hoje ali já não há mais uma pedra, mas há uma porta de madeira. Junto àquela porta de madeira há uma plaquinha de madeira onde está escrito em inglês a seguinte mensagem: *He is not here. For He has risen.* Isso quer dizer: ele não está aqui, ele já ressuscitou.

E essa é a nossa expectativa, é a nossa esperança, aliás, o apóstolo Paulo diz que se Cristo não ressuscitou dentre os mortos, nós somos os mais miseráveis dos homens: não há esperança, não há expectativa, não há projeto, não há horizonte, não há vida eterna. Mas é porque cremos nisso, proclamamos isso e, de fato, buscamos a nossa orientação nessa mensagem que com muita satisfação, muita alegria, celebramos a Páscoa.

Assim, quero desejar a todos os catarinenses que este Cristo esteja presente em cada um de nós, em cada família, em cada lar, transformando tristezas em alegrias, decepções em projetos, dando, de fato, uma perspectiva, um horizonte e uma garantia de uma vida saudável, positiva, aqui e agora, mas muito mais uma vida garantida na eternidade.

Essa é a mensagem que deixo nesta Páscoa de 2013.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Dando sequência às Breves Comunicações, com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Angela Albino, quero saudar todos que nos acompanham pela TVAL, todos que nos visitam, especialmente o vereador Clayton Batschauer, da minha cidade de Itajaí - já fomos vereadores juntos -, e também toda a comitiva que o acompanha.

Sejam muito bem-vindos a esta Casa!

Sr. presidente, pessoalmente considerei muito bom e produtivo o encontro que a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores teve com o sr. governador Raimundo Colombo no dia de ontem.

Foi um encontro, a convite do sr. governador, para tratar de um assunto específico, que é a liberação de recursos federais, sob a interveniência do estado, que o governador pretende compartilhar com todos os deputados desta Casa, sobre os critérios e a destinação desses recursos para os municípios com até 50 mil habitantes.

Foi um diálogo civilizado, de alto nível, respeitoso, como exige sempre um momento como esse, e não haveria nenhuma razão para ser ao contrário, apesar das divergências políticas que podemos ter. Mas é muito importante que a nossa bancada como um todo acolheu esse convite sabendo colocar os interesses maiores do povo de Santa Catarina acima dos interesses meramente partidários.

Aproveitamos essa oportunidade para dialogar com o governador, tendo como tema principal a saúde; aproveitamos para manifestar a nossa grande preocupação com a situação geral da saúde em Santa Catarina, a situação dos hospitais. E entregamos a sua excelência um relatório fotográfico especificamente sobre o Hospital Infantil Joana de Gusmão, que retrata de um modo geral a situação da saúde em nosso estado. Inclusive, no dia de ontem, o deputado Sargento Amauri Soares já fez uma apresentação dessa situação na Assembleia, e vou repeti-la, chamando a atenção para alguns pontos.

(Procede-se à exibição de imagens.)

As imagens nos mostram que o hospital está em reforma, desde 2010. Portanto, já vamos para três anos de uma reforma que não acaba mais, causando-nos transtornos gerais. Afinal de contas essa empresa ganhou uma solicitação e precisa ter outra postura em uma situação como essa. Não é possível continuarmos assim.

Vejam a Unidade B cirúrgica que iniciou com 22 leitos e hoje tem apenas 18 funcionando, devido à

falta de funcionários. Portanto, a falta de funcionários é o primeiríssimo problema desse hospital. E hoje precisaríamos de 250 novos servidores. Mas o governo está encaminhando apenas 76, o que é insuficiente.

O Ministério Público clama por um TAC (termo de ajuste de conduta), para poder acertar com o governo essa questão dos recursos humanos especificamente para o Hospital Infantil Joana de Gusmão, além de todas as questões sanitárias dessas reformas intermináveis, assim como outros problemas, porque reformas recentemente feitas, como veremos aqui, já estão com infiltração. Isso é um desperdício de recursos públicos.

Então, temos que colocar um ponto final nisso.

Aí temos o centro cirúrgico, com cinco salas de cirurgia, mas apenas quatro funcionam, assim mesmo com falta de enfermagem. E no próximo mês está sujeito a fecharem mais três salas. Sendo assim, o hospital referência para todo o estado de Santa Catarina em pediatria está sujeito a ficar com apenas uma sala de cirurgia. Ou seja, está regredindo dia a dia.

O corredor da farmácia, salas de raios X, rampas de acesso e vários outros setores estão com goteiras, infiltração nas paredes. E temos aí imagens sucessivas que nos mostram essa triste realidade.

A unidade de isolamento, inicialmente construída para 14 leitos, hoje tem apenas sete ativos, por falta de pessoal.

Temos outra unidade de isolamento que está com pontos de alagamento, mofo, infiltração nas paredes. E assim vai.

A unidade de queimados é praticamente o único setor no estado, é referência para todo o estado. E está com muitos leitos fechados por falta de funcionários. O teto da unidade foi aberto há mais ou menos um ano para manutenção e permanece aberto até hoje. Existe também ponto de inundação no teto dessa unidade.

Os jardins entre as alas de internação são responsáveis por infiltração na unidade de queimados.

Lógico que temos problema de financiamento na Saúde. Há um subfinanciamento geral. E estamos tratando disso. Até tivemos uma reunião histórica, na semana passada, em Brasília, para fazer essa correção do teto financeiro da união para Santa Catarina. Mas agora há muitos problemas que são meramente de gestão. E assim o setor de radiologia é comumente fechado por ocorrência de goteiras. O mesmo acontece com o aparelho de ultrassonografia. Nesse setor, há mais de um ano, deixou-se de realizar a uretrocistografia por falta de manutenção do equipamento. Sendo que esse exame no momento está sendo feito em clínicas privadas.

Há sala de ultrassom inutilizada em dia de chuva, aparelho de ultrassom fora de uso por falta de sala. Quer dizer, o equipamento existe, mas não tem sala para que possa ser instalado. Aparelho de raios X desativado, completo, novinho em folha. Existe sala de emergência inaugurada há seis meses que já apresenta infiltração na recepção e no teto. A sala de emergência interna, fechada há dois anos e meio, continua em reforma, e foi o setor pelo qual a reforma se iniciou no Hospital Infantil.

A Unidade A, inaugurada com 28 leitos, hoje, tem apenas dez leitos, por falta de pessoal. Há problemas na ortopedia. A porta da ortopedia está quebrada há dez meses. E assim vai essa realidade. A Oncologia está fechada há dez meses, devido a fungos, causando inclusive infecções graves em crianças que já estão imunodeprimidas. Há fungos no encanamento, sendo que nesse período a secretaria já devia trocar o encanamento, instalar uma caixa d'água exclusiva para a unidade, mas nada foi resolvido.

Estivemos pessoalmente na semana passada visitando o hospital, juntamente com as deputadas Angela Albino e Ana Paula Lima, e constatamos essa realidade no setor de Oncologia. Então, fizemos um clamor especial ao secretário e ao governador, para que se conclua em 30 dias, 40 dias essa reforma da Oncologia, para poder receber de volta as crianças que precisam de cuidados especiais, com segurança, sem nenhum risco de infecção. E a

sala de Oncologia onde as crianças estão hoje precisa ser liberada para receber uma UTI provisória, para que seja reformada a nova UTI, que levará um ano para ser concluída. E essa UTI atual, de 20 leitos, está apenas com seis leitos. Os pacientes da UTI estão sendo encaminhados para outros estados até. E, além disso, ainda há goteiras e baldes pelo chão em vários pontos. Isso é inimaginável. Essa é uma realidade que estamos retratando para mostrar que essa situação não pode mais ser prorrogada indefinidamente.

Mostramos isso ao governador, pessoalmente, ontem.

Essa é a sala de recuperação pós-anestésica. Esses setores foram fechados. Isso era para poder acelerar uma reforma da UTI, que acabou não acontecendo até agora, que está superatrasada. E lá no final temos a falta de materiais, de pessoal e assim por diante.

Então, aproveitamos esse convite que o governador nos fez para falar de uma pauta que ele tinha interesse de dialogar com a nossa bancada, para também minimamente apresentarmos esse assunto de interesse do povo de Santa Catarina, urgente, que é essa situação específica do Hospital Infantil.

Para concluir, o governador nos afirmou que está aguardando, no prazo de 30 dias, também um relatório pormenorizado de diagnóstico de toda a situação da Saúde, especialmente dos hospitais em Santa Catarina, e deverá apresentar proposta em breve.

Nós sugerimos e o sr. governador acatou que essa comissão que está fazendo esse estudo também venha a se reunir com a nossa comissão de Saúde, que tem um diagnóstico sobre essa situação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero saudá-lo, sr. presidente, assim como os demais deputados.

O deputado Volnei Morastoni comentou sobre a audiência que tivemos, ontem, com o sr. governador.

Deputado, o que de fato nos assusta no estado é a demora da tomada de decisões.

Com relação à questão da saúde, por exemplo, aos problemas que estamos enfrentando, o governador continua fazendo diagnósticos, depois de mais de dois anos de governo, continua levantando diagnósticos sobre a problemática da saúde em Santa Catarina. Mas precisamos de ação, precisamos de urgência.

O povo catarinense clama por ações, porque as pessoas que precisam de atendimento, que estão nas filas de cirurgias, muitas delas com graves problemas, com essa demora pode significar a não recuperação da vida. São pessoas com câncer, com outras doenças que precisam de cirurgias. Isso de fato, na saúde, não tem como esperar, a coisa mais urgente é salvar a vida das pessoas.

Nós ficamos assustados com tudo isso. Nós precisamos de mais ação, mais urgência. Reconhecemos os problemas que existem, reconhecemos os problemas de falta de pessoal, problemas nos leitos, mas há demora na operacionalização das reformas, já são três anos de reforma. Não é possível! Em outras obras isso é possível, mas na saúde não tem jeito.

Então, esse é o grande desafio que Santa Catarina tem. Nós precisamos da agilidade do secretário da Saúde.

O governo do estado tem problemas políticos internos muito fortes, nas alianças, na composição deste governo, mas a sociedade catarinense não pode pagar por isso.

Então, precisamos de agilidade nisso. Não tem jeito!

Essa foi uma das grandes questões levantada na reunião, com muitos dados, muitas informações, pelo grande número de audiências públicas que a comissão de Saúde, presidida pelo deputado Volnei Morastoni, tem feito nesta Casa.

A situação está clara, a situação está aí, tem muita informação, tem muito diagnóstico, mas

infelizmente o governador ainda espera novos dados, novas informações, para poder agir nas ações tão prometidas em época de campanha.

Mas eu quero tratar sobre outro tema, já tratado ontem por outros deputados. Quero reforçar a nossa problemática da terceirização da alimentação escolar.

Ontem, novamente, foi anunciado pelo governador na audiência que seis regionais vão ter gestão pública neste próximo período. Mas já estamos ouvindo isso há quase dois anos. Então, há outro problema de demora na tomada de decisão.

Pelo que tudo indica, há um grupo que tem alguma rejeição, ou não concorda, na secretaria da Educação, pelo que o próprio governador comentou em alguns momentos, e não deixa que essa política mude.

A própria Justiça já determinou o fim desses contratos da terceirização da alimentação escolar. Então, se o próprio Supremo Tribunal Federal determinou o fim, por que ainda continuamos com todos esses problemas de dar os encaminhamentos?

Então, srs. deputados e sras. deputadas, precisamos agilidade nessas questões dos encaminhamentos, porque não é de um dia para outro que se acaba com a terceirização.

Nós precisamos readequar, reestruturar nossas escolas, para poder dar conta desse fornecimento da alimentação escolar nas escolas estaduais. Esse é um grande desafio que Santa Catarina enfrentará.

Nós temos inúmeras experiências, inúmeros agricultores assentados, cooperativas que querem comercializar os seus produtos de qualidade, mais de três mil agricultores familiares que produzem produtos orgânicos, agroecológicos, que querem comercializar seus produtos, mas esse processo no estado não anda.

Temos belas experiências de nossos municípios. Até já temos municípios como São Domingos e tantos outros que estão comprando, praticamente, 100% da alimentação das escolas municipais lá dos agricultores familiares, das cooperativas, das associações, e o estado está demorando muito para

tomar decisão nessa questão do fim da terceirização.

Temos visto por este Brasil afora muitos problemas nesse sentido, com essas mesmas empresas que estão fornecendo alimentos aqui em Santa Catarina. E vamos levar, na semana que vem, para o ministério da Educação, em Brasília, mais uma vez, informações e situações que acontecem em nosso estado sobre alimentação escolar.

Para finalizar, quero aqui, sr. presidente, registrar mais uma vez a satisfação e a importância do nosso projeto que hoje vai para segundo turno de votação, o qual destina 20% da alimentação escolar ou que ela seja orgânica ou agroecológica para as nossas escolas.

Nós temos, lamentavelmente, os dados, e isso nos preocupa muito, deputado Sargento Amauri Soares, da condição da alimentação das nossas crianças em nosso país. Segundo dados do ministério da Saúde, já temos praticamente 30% das nossas crianças em idade escolar acima do peso. Isso nos deixa um grande recado de que o problema principal está na qualidade dos alimentos que se consome hoje, como refrigerantes; troca-se o suco natural por refrigerante; troca-se um alimento natural por um industrializado, que na minha avaliação não dá nem para chamar de alimento, é qualquer outra coisa, menos alimento que traga saúde e qualidade de vida para as nossas crianças e o nosso povo.

Portanto, precisamos enfrentar isso aqui, e esse é o grande debate. E estamos insistindo em debater sobre alimentos de qualidade, porque vamos gastar menos, no futuro, o dinheiro público na saúde e poderemos aplicar esses recursos em outras áreas para o desenvolvimento de nosso estado.

Por isso a importância da alimentação saudável, de termos a preocupação da saúde preventiva. E discuti-la é em primeiro lugar discutir o alimento de qualidade para a nossa população catarinense e brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - O próximo orador inscrito para falar é o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero registrar a presença do companheiro e presidente da Câmara de Vereadores de balneário Barra do Sul, que aqui está prestigiando esta sessão, nesta tarde.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Seja bem-vindo a esta Casa, representando a nossa querida Barra do Sul.

Agora, sim, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público aqui presente, os que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero fazer uma pequena observação sobre os pronunciamentos tanto do deputado Volnei Morastoni e deputado Dirceu Dresch em relação à lentidão do governo e dos problemas em diversas áreas. E na área da Saúde tenho feito minha avaliação desde o ano passado, pelo menos, de que os principais administradores da área gestora, e não quero fazer crítica até porque tenho boa relação com todos eles, não foram escalados ou não assumiram os postos de trabalho com a intenção de fazer funcionar o sistema público estadual existente e, sim, de imprimir outra lógica de gestão, que seria a da transferência para as chamadas organizações sociais.

No segundo semestre falei desta tribuna, algumas vezes, para o governo e para o governador pessoalmente da importância de ele dar meia volta nessa situação e olhar como estão os hospitais e ver o que precisa ser feito para resolver os problemas existentes no sistema estadual de saúde, porque me parece que a prioridade tem sido achar

argumentos para privatizar. Negam que a palavra seja privatização, mas entregar para terceiros um ente jurídico de caráter privado para mim é privatizar e continua sendo.

Então, não é má-fé e acredito que não seja má-fé, mas tem essa proposta que é programática e ideológica de instituir outra forma de gerenciamento. Por isso, talvez fique marcando passo em algumas reformas ou soluções que seriam urgentes, na perspectiva de transferir. E daí, sim, o ente privado fará e adequará conforme outro princípio ou objetivo.

Então, se é essa a questão, e estou aqui fazendo uma reflexão, é preciso que o governador, para resolver, faça um debate com os seus gestores. E proponho-me a participar, assim como outros setores da sociedade também se propõem a participar. Mas já que não somos da base aliada que façam entre si o debate.

Temos deputados aqui, na Assembleia Legislativa, que são especialistas em saúde. Precisamos é dar solução, encaminhamento.

O Hospital Florianópolis está fechado há mais de três anos e não reabre. Reformaram o primeiro andar e depois de reformarem o primeiro andar aí decidiram que iriam reformar o segundo e o terceiro. E acabaram estragando a reforma que tinham feito embaixo quando foram fazer em cima. Qual é a lógica de planejamento do serviço de saúde no estado de Santa Catarina? Enfim, esse é um debate que precisamos continuar fazendo nesta Casa.

Quero retornar a um assunto que sei que é polêmico, um assunto que foi bastante tratado, badalado, aqui, há duas semanas, ou seja, a demarcação da terra indígena no Morro dos Cavalos, na Palhoça.

Nesse período recebi algumas avaliações críticas sobre o meu posicionamento naquela ocasião. Recebi documentos e busquei fazer um estudo para me aprofundar mais nessa questão. E antes de eu prosseguir a reflexão, quero começar fazendo aqui uma autocrítica, por eu ter assinado um documento que continha em um parágrafo uma

posição contrária à demarcação e por ter afirmado alguma frase que possa ter dado a impressão ou que tenha ficado mais ou menos claro que por trás dessa história de demarcação tem interesses de empreiteiras na questão da duplicação da BR-101 ou que os índios estariam favoráveis à demarcação, até porque existem duas posições indígenas sobre esse assunto, existem indígenas nas duas posições, melhor dizendo, e poderia haver interesse de empreiteiras e inclusive usando vontade legítima dos próprios indígenas.

Estou convencido hoje e de uma convicção que só tende a ficar mais clara, na medida em que eu consiga, analisando e estudando, compreender melhor toda essa questão complexa, de que a demarcação daquela área para ser uma terra indígena é uma reparação, a realização de uma justiça histórica, ou a mitigação, para tentar minimizar o cometimento de uma injustiça histórica promovida pelas chamadas civilizações de conceito, de conteúdo europeu.

Evidentemente, sei que isso é polêmico; evidentemente, sei que tenho conhecimento de que dezenas de famílias de pescadores e agricultores residem naquela região e dali retiram a sua sobrevivência, algumas inclusive, eu disse, talvez a maioria não, mas algumas há mais de uma geração, talvez mais, duas gerações.

Ciente disso, essa foi a motivação principal, inclusive o motivo de eu ir buscar me aprofundar nesse assunto para entender e poder chegar a uma posição um pouco mais esclarecida.

O nosso mandato de parlamentar está à disposição para que se busque junto às autoridades chamadas de competentes a forma de que a indenização seja suficiente para que essas famílias possam se instalar em outra área, no mínimo, com iguais condições de sobrevivência. E sei que isso também não resolve totalmente, porque tem a questão cultural, os costumes etc. que também foram arraigados ali, em alguns casos mais de uma geração.

No mais, um pouco da avaliação eu já fazia há 15 dias. E creio que por isso o meu discurso não

foi aplaudido pelos que aqui estavam presentes. O meu discurso foi o único que não foi aplaudido, daqueles que se pronunciaram a respeito disso, embora eu esteja fazendo uma autocrítica por aquela posição.

A questão é muito mais complexa, e li também outros documentos de posições diferentes, e ouvi pronunciamentos, principalmente de opinião diferente, que buscam ou que tratam os indígenas, neste caso os guaranis, tentam enquadrá-los no conceito do chamado homem branco, do não-índio.

Quanto ao preconceito de dizer que estão enchendo o Morro dos Cavalos com índios do Paraguai, primeiro, isso não é verdade. Faz uma série de anos que não chegou nenhum indígena que tenha vindo de tão longe para o estado de Santa Catarina. As pessoas com as quais eu falei estão há mais de dez anos residindo no Morro dos Cavalos. Todas as pessoas com quem falei falaram comigo em português, aliás, um bom português, e se tivessem nascido e crescido no Paraguai, essas pessoas falaria tupi-guarani ou espanhol. Mas sobre isso é preciso também refletir a respeito dessa afirmação, que é preconceituosa e tipicamente não índia. Porque quem estabeleceu fronteiras dentro do vasto território guarani, aqui no sul da América, não foram os índios. A nação guarani viveu sempre em território que hoje está dividido no mínimo em três países, Brasil, Paraguai e Argentina, ou seja, há 500 anos não tinha Brasil, Paraguai e Argentina, então, os não-índios foram lá, muitas vezes com a força da espada, arrasando tudo, inclusive expulsando os que não queriam ser expulsos, matando os indígenas. E criaram fronteiras.

A cultura indígena, para aqueles que quiserem refletir, honestamente, sei que é o caso de v. exa., deputado Edison Andrino, a cultura guarani não é igual à nossa, em que uma pessoa nasce e morre morando na mesma aldeia, na mesma comunidade. Eles têm a tradição milenar de morar um tempo em cada região, de se visitarem, e inclusive se revezar, trocar de aldeia. É a forma de os índios compartilharem as experiências e

aprender. E é, sim, possível o indígena nascer no Brasil e quando estiver velho estar no Paraguai ou vice-versa.

Então, precisamos refletido sobre esse assunto. Essa questão precisa ser analisada de forma mais ampla, porque desde 2002 esses indígenas defendem que sejam construídos dois túneis, justamente para que a BR-101 não corte as terras guaranis pelo meio, não cortem a aldeia. E isso tudo precisa ser observado. Precisam ser indenizados corretamente também os pescadores e agricultores. É preciso respeitar a tradição e os direitos dos não-brancos, dos indígenas.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, gostaria, na tarde de hoje, de compartilhar que no último dia 25 o PCdoB fez 91 anos de história, comemorando que em 1922, na Semana da Arte Moderna, a pujança que o Brasil viveu de novos pensamentos se fundou o Partido Comunista do Brasil, aliás, foi o primeiro partido nacional. Até então os partidos eram regionais, e a partir da década de 30, do século passado, é que se começou a ter partidos nacionais.

O PCdoB, ontem, fez um ato nesta Casa, trazendo a sua militância, saudando a nossa militância histórica, muitos dos quais foram homenageados, porque viveram um período em que o país não permitia a plena expressão democrática, e muitos desses militantes tiveram que transformar completamente as suas vidas para poderem manter o ideal da democracia, o ideal da plena vivência da convicção política de cada um, sobrevivendo aquele período em que o Brasil viveu e que vários no estado de Santa Catarina tiveram a dignidade de enfrentar.

Alguns partidos políticos, deputado Edison Andrino, tiveram um papel importante. Quero mencionar um aqui em especial, que foi o MDB, pois durante o período da ditadura o PCdoB foi abrigado por esse partido, o qual congregava as forças congressistas deste país, as forças que lutaram contra a ditadura. O PCdoB sobreviveu a esse longo período modernizando-se também, compreendendo melhor o mundo, compreendendo melhor o momento que o país estava vivendo.

Nós, desde 1989, acompanhamos, deputado Dirceu Dresch, a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva. Lembro-me quando reafirmamos o nosso compromisso com a candidatura de Dilma Rousseff, em que o Lula esteve conosco e disse que, com exceção do próprio Partido dos Trabalhadores, foi o único partido que o acompanhou em todas as eleições que participou.

Portanto, acreditamos neste momento em que o país vive, neste momento em que o país tem crescido e distribuído renda; esse momento de um ciclo virtuoso da economia que tem permitido um desenvolvimento particular, considerando-se o momento em que os outros países vivem.

Temos acompanhado com assombro, por exemplo, a ilha de Chipre e as dificuldades que enfrenta há vários dias com bancos fechados, num momento em que grandes países e economias consolidadas que ocupam o chamado Primeiro Mundo vivem uma profunda crise econômica, que na nossa concepção é uma crise estrutural que estamos presenciando, pelo menos no final de 2007, mas certamente a partir de 2008, com a bolha imobiliária que os Estados Unidos vivenciam, e com todos os acontecimentos que se desdobraram desde então.

Mas o Brasil vive esse ciclo extraordinário. Permitam-me usar o exemplo de Florianópolis. Quem conhece as áreas mais empobrecidas da nossa cidade vê apenas uma década da transformação na vida dessas pessoas; a transformação com alguns programas de governo, como também a transformação na sua vida, no seu cotidiano, em que elas conseguiram comprar um carrinho, uma televisão. Mas temos certamente grandes desafios pela frente.

O maior deles é na área da infraestrutura. O Brasil precisa superar o gargalo da infraestrutura, para poder desenvolver ainda mais e se desenvolvendo poder de fato contribuir para que o seu povo, pelo compartilhamento da renda, possa melhorar de vida e progredir.

Mas mais do que tudo precisamos superar o gargalo da educação, que é muito comum, nessas mesmas áreas empobrecidas, irmos e vermos com clareza a mudança de vida que essas pessoas tiveram, mas que ainda habitam as trevas do conhecimento.

O Brasil precisa entrar numa era que invista fortemente em infraestrutura, para poder desenvolver o seu potencial econômico, mas precisa também, com mais urgência, estar atento à educação, para formarmos uma nova geração que tenha condição econômica mais folgada do que se teve até aqui, como também condição de ser um ser humano melhor e mais capaz de construir um Brasil mais justo e socialmente mais fraterno.

Por isso o PCdoB, ontem, comemorou muito esses 91 anos, comemorou com grande alegria esse momento de 91 anos, em parte porque em todas as grandes mudanças de nosso país o PCdoB esteve junto e porque é uma tarefa em um momento da política em que os partidos vão e voltam a ser um partido sólido como o nosso que é motivo de orgulho e certamente ao rumo do centenário ainda mais feliz.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, queria cumprimentar o vereador Sandro Jarozinski, presidente da Câmara Municipal de São João do Itaperiú, que está acompanhado do seu assessor Afonso Delmonego, representando aqui alguns pedidos do prefeito daquele município, sr. Rovani Delmonego.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de registrar também a presença nesta Casa dos vereadores Hernani Wojeinaki Júnior e Milton, do município de Três Barras, que estão aqui tratando de assuntos do interesse do município. Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fica o registro, sr. deputado.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PDSB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, quero cumprimentar todos os visitantes desta Casa no dia de hoje, assim como a deputada Angela Albino. Evidentemente que não vou cerrar fileira em relação às doutrinas do partido de v.exa., porque não acredito no comunismo, mas acredito muito nas pessoas que fazem parte desse partido e entre elas v.exa., uma das pessoas mais qualificadas desta Casa. Por isso, meu respeito e, mais uma vez, meus cumprimentos pela data do seu partido.

Quero, sr. presidente, aproveitar o ensejo para ratificar um requerimento de minha autoria, para ser encaminhado ao empreendedor Moacir Luiz Bogo, de Joinville, enviando nossos votos de congratulações pelo título de Cidadão Honorário, que recebeu em Joinville, na segunda-feira próxima passada.

Moacir Luiz Bogo está há trinta e cinco anos em Joinville e durante toda a sua vida sempre tentou de alguma forma empreender e lutar para se dar bem através do seu trabalho. Foi operador de moinho, açougueiro, industriário, representante comercial e entrou para o ramo de transporte no turismo. E lá em Joinville está há bastante tempo com a empresa Gideon e Aviação Verdes Mares, uma

das empresas daquelas duas irmãs que cuidam do transporte coletivo da cidade de Joinville.

É um homem extremamente honrado e sério, que se dedica para Joinville como um todo. Por isso, merece da nossa parte todo carinho e todo respeito. Por essa razão peço a v.exa., e já fiz o pedido de forma expressa, que seja entregue, então, os nossos cumprimentos, oficialmente, ao sr. Moacir Luiz Bogo, pelo título de Cidadão Honorário.

Recebemos na Casa, de autoria do governador do estado, o Projeto de Lei n. 65.7, que dispõe sobre as normas e requisitos mínimos para prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências. O deputado Darci de Matos deve ser o relator dessa matéria, se não estou enganado. Simplificando, a matéria dá poder de polícia ao bombeiro militar de Santa Catarina para, se entender, lacrar as portas de um estabelecimento, se achar que não há segurança suficiente para que continue aberto.

Eu penso que lá na comissão de Constituição e Justiça, se não me engano, e peço ajuda ao deputado Darci de Matos, que agora está tendo um diálogo bastante intenso com a deputada Angela Albino, o deputado Darci de Matos irá solicitar vistas a esse processo para que possamos analisar com mais profundidade, uma vez que se trata de um assunto importante. Precisamos saber se essa lei que está vindo para cá irá contemplar também os Bombeiros Voluntários. É preciso saber se isso será abrangente ou parcial. Eu não sei, porque esse projeto ainda não chegou às minhas mãos. Aliás, aportou agora nesta Casa, nem cheguei a lê-lo por inteiro, mas gostaria, já que v.exa., deputado Darci de Matos, faz parte da comissão de Constituição e Justiça, auxiliasse-me nessa explanação.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Se o deputado Reno Caramori me permitir, passo a palavra ao deputado Darci de Matos, para que ele possa dar uma explicação.

Mas estou lembrando que o deputado Reno Caramori também faz parte dessa comissão.

Pois não, deputado Reno Caramori.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Eu não faço parte da comissão de Constituição e Justiça, mas há 20 anos defendo os Bombeiros Voluntários. Durante os oito anos do governo passado foi um massacre nesta Casa. Aliás, são particularidades que o povo vai entender.

Mas gostaria de falar que estivemos reunidos com a Abvesc lá em Caçador, no sábado passado, discutindo esse projeto. E no meu entendimento os Bombeiros Voluntários também terão a sua atuação nesse processo.

Mas o que queremos saber, o que ainda deixa dúvidas, é que estamos legislando em duplicidade, porque essa obrigação é do município. Não podemos tirar esse poder do município e atribuir certas responsabilidades aos Bombeiros Voluntários e Militares. Eles têm o poder de orientação, de fiscalização, mas não de atuação e de execução. Então, trata-se de um assunto complicado.

Discutimos muito esse projeto e acordamos, pois lá estavam representantes de várias cidades, inclusive, já mantiveram contato com o Moacir Thomazi, presidente do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, para que ele acione a assessoria jurídica, que fará uma discussão mais ampla para nos orientar. Mas assim mesmo estou acionando a minha assessoria. E ontem, à noite, conversei com o secretário Nelson Serpa, para que possamos não atropelar, porque há uma pressão para atropelar, essa é uma coisa que tem que ser pensada, analisada, para que não façamos o que foi feito anteriormente e não deu certo.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Deputado Darci de Matos, depois, certamente, v.exa. entrará neste assunto. Nós não somos contra os Bombeiros Militares nem Voluntários, inclusive, tenho tentado ajudá-los, o que me causa espécie é a pressa, a urgência em resolver isso. E para não acontecer atropelamentos, pensamos que isso deve ser analisado com calma, apesar de o projeto ter vindo para esta Casa em regime de urgência.

Eu vejo aqui alguns tópicos:

(Passa a ler.)

1.[...]

"2. a concessão de alvará pelos Municípios fica condicionada[...];

3. O Corpo de Bombeiros Militar passa a ter poder de polícia administrativa para a aplicação de sanção preventiva[...];

4.[...]

5. a determinação de que a elaboração e execução"[...][sic]. Daí já cita o bombeiro voluntário.

Temos que ir com um pouco de calma. Se é isso que tem que ser feito, vamos fazer, mas sem atropelos. Vamos analisar com calma, consultar todas as partes interessadas, tanto da parte do militar quanto da parte do voluntário, todo mundo em comum acordo: é isso aqui, está bom, está certo, está correto. Daí vamos fazer igual àquele rapaz daquele programa de televisão: "Está bom para você? Então vamos fazer assim". E aí ficamos contentes, porque todos ficarão também.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider, ilustre líder do governo.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, com relação à discussão do eminente deputado Nilson Gonçalves, gostaríamos de dizer que definimos na comissão de Justiça que vamos compilar todos os projetos de origem parlamentar com o projeto de origem governamental e abrir esse debate à sociedade catarinense, para juntos buscarmos o melhor encaminhamento para essa questão.

Com relação a essa questão do projeto que o governo encaminhou em regime de urgência, queremos dizer que vamos conversar com a Casa Civil para que tire o regime de urgência desse projeto para que possamos ter um debate amplo, ouvindo todos os interessados.

Então, a título de informação, sr. presidente, é isso que vamos fazer na próxima segunda-feira para que efetivamente façamos um debate ampliado em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, somente para clarear um pouquinho em cima da pertinente exposição do deputado Nilson Gonçalves e do deputado Aldo Schneider, líder do governo, quero dizer que tratei ontem com o governador e com o secretário Nelson Serpa e já está garantida a retirada do caráter de urgência do projeto. E também o deputado José Nei Ascari, a meu pedido, já pediu vistas na comissão de Justiça.

Não somos contra ninguém. Hoje os bombeiros voluntário e militar estão trabalhando em harmonia e queremos manter essa harmonia. Então, com tempo e paciência vamos debater, deputado Nilson Gonçalves, e discutir essa questão do poder de polícia ou não.

Mas eu tenho a impressão de que a saída, deputado Romildo Titon, é aguardarmos a Adin de Brasília. Porque a rigor, se a Adin prosperar, o projeto do governo é pertinente. Se a Adin não prosperar, o projeto do governo é inconstitucional, porque a argumentação em Brasília é exatamente em cima do poder de polícia que hoje é da prefeitura. E o projeto que está vindo para cá tira o poder de polícia do prefeito e dá o poder de polícia para os bombeiros militares.

Então, eu não tenho ainda uma opinião plenamente formada, mas temos que discutir um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

O deputado Manoel Mota, que ocupará a tribuna inicialmente, dividirá o tempo de 14 minutos com o deputado Edison Andrino.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença dos vereadores de Itapema: Lázaro Manoel da Silva Júnior, do PSDB; Wesley Carlos da Silva; Sebastião da Silva, o Tiãozinho, do PSDB; e Warderley Dias.

Registro também a presença do violinista clássico de Joinville, o nosso amigo Ananias Almeida.

Sejam todos bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e visitantes que prestigiam o Parlamento catarinense na tarde de hoje, venho a esta tribuna para fazer um registro importante, pelo sofrimento de 22 anos de luta por uma obra.

Foram 22 anos de luta pela obra da Serra do Faxinal, na Cidade dos Canyons, em Praia Grande. Conquistamos a obra no governo de Luiz Henrique, que fez a metade dela. A outra metade ficou pendente devido ao processo da promotora, tendo em vista a questão da perereca.

Hoje, o Ibama está liberando a licença, depois de cinco anos. O dinheiro está depositado, e a obra apenas vai custar mais R\$ 17 milhões do que iria custar. E será que ninguém vai pagar essa conta? Alguém precisa pagar essa conta, porque qualquer coisa tem sido motivo para entrar com processo, e quem é que paga? É a população!

Deputado Edison Andrino, R\$ 17 milhões a mais custará essa obra, por causa de um processo da promotora pública federal, em razão das pererecas. Agora, tem milhões de pererecas, e não tem mais problema da licença, mas o povo vai pagar R\$ 17

milhões a mais. O governo do estado vai ter que desembolsar R\$ 17 milhões a mais.

São essas coisas que nos deixam triste. Por quê? Porque temos que fazer economia. Dinheiro público é dinheiro do povo, arrecadado do bolso dos empresários, da população que paga seus impostos. Porque tudo que se compra tem impostos.

Mas, hoje, tenho que estar radiante, porque vai sair a licença ambiental, e vamos tocar a obra da Serra do Faxinal.

Quero aqui marcar o Denit que tem como seu presidente em Brasília um general. Esse general disse que se não saísse a licença do Ibama iria licitar a Serra da Rocinha, no mesmo modo de que se licita a Copa do Mundo. Até dezembro a licença ainda não saiu, e o presidente do Denit licitou.

Então, quero aqui registrar os meus parabéns pela palavra, pela postura. O Brasil precisa é de homens decididos, que não penalizem uma região. E a Serra da Rocinha, que hoje é a 285, que vai ligar os municípios de Turvo, Timbé, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa vermelha, Passo Fundo, Erechim, Jacarezinho, Carazinho, São Borja, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. Só faltam 22 quilômetros, e agora foi licitado para que tenhamos toda a soja do Rio Grande do Sul vindo para o porto de Imbituba. Daí todos esses países vizinhos vão chegar a Santa Catarina pelo norte do estado, onde não tem nada a ver com a BR-101, com a chamada estrada da morte. Essas são questões fundamentais à nossa região e para o sul do estado.

Também quero cumprimentar os eminentes conselheiros Julio Garcia, Salomão Ribas, todo o Tribunal de Contas. Nós, deputado José Nei Ascari, que somos lá do sul, temos que tomar uma posição, mudar um item, fazer uma nova licitação, mas abriram para que o governo possa trabalhar e que possa ter um dos melhores aeroportos do sul do Brasil funcionando.

Hoje, estamos tranquilos, pois já estão tomando as medidas, e vamos ter o aeroporto de Jaguaruna. Um dos aeroportos estratégicos do país, porque Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis,

Argentina, Uruguai e Paraguai, se houver qualquer problema, aonde é que eles vão pousar? Vão pousar no aeroporto estratégico de Jaguaruna. Então essa foi uma conquista importante para o sul do estado.

Deputado Nei Acari, trabalhamos e estamos aqui tentando buscar resultado para uma região.

O porto de Imbituba é outra estratégia fundamental. O governo lutou muito para buscar e ser administrado pelo estado. Hoje, duplicou, está triplicando os portos.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Concedo um aparte ao deputado José Nei Ascari.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Obrigado, deputado Manoel Mota. Quero apenas cumprimentá-lo pela importância dessa fala e pela importância do que aconteceu na segunda-feira, no Tribunal de Contas, quando conseguimos superar o último obstáculo para, finalmente, quem sabe, constatarmos em breve o funcionamento desse aeroporto tão importante para o desenvolvimento de Santa Catarina, sobretudo para o sul do estado.

O aeroporto está pronto, a pista pronta, o terminal concluído, os equipamentos instalados, o acesso da BR até o aeroporto também está concluído. Precisávamos apenas definir um modelo de gestão, e o Tribunal, de maneira bastante rápida, entendendo a importância desse empreendimento para o sul, acabou, na última segunda-feira, dando a sua decisão final.

Esperamos que agora todo o procedimento burocrático necessário possa ser agilizado para que tenhamos em breve, então, a efetiva entrada em operação desse aeroporto que vai, com toda certeza, representar um impulso importante para o nosso desenvolvimento.

Parabéns pela fala.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer a v.exa. e incorporar as suas palavras ao meu pronunciamento.

Eu não vou ter o tempo para falar na obra mais importante, na minha concepção, dos últimos tempos, que se chama Interpraias.

O governador sinalizou, vai liberar as obras da Interpraias, o que vai ser fundamental para que possamos ter uma região muito forte no turismo, que vai ser o sul do estado.

Então, estamos tentando reverter um processo de uma região pobre para uma região respeitável. Na próxima semana com certeza virei para fazer um pronunciamento, eis que há 29 anos trabalho e estou neste momento radiante de alegria, porque é uma obra que conseguimos buscar o resultado, porque vai ter o início. Agora, tenho certeza do início, meio e fim.

Gostaria de passar a palavra ao meu companheiro, pelo tempo de sete minutos, com muita honra.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (O sr. deputado Romildo Titon) - Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres senhores deputados, gostaria de cumprimentar o deputado Manoel Mota pelo pronunciamento e pelo cumprimento da divisão do horário, pois não acreditava muito que eu fosse ter os sete minutos.

Quero cumprimentar a deputada Angela Albino pelo aniversário do PCdoB. E quando disputei a eleição de prefeito dessa cidade, tive a honra de ter o apoio do PCdoB e também do PT, de um segmento importante do PT. E depois trabalhamos juntos na prefeitura municipal de Florianópolis. E o seu partido deu uma contribuição muito grande não só para a administração, mas para a cidade de Florianópolis.

Sr. presidente e nobres senhores deputados e deputadas, trago um assunto a esta Casa que diz respeito às prefeituras, mas também diz respeito a nós todos, cidadãos e deputados estaduais de Santa Catarina. Diz respeito ao horário de funcionamento dos bares e restaurantes, eventos culturais,

shows, nesta cidade, porque não é mais possível continuar da maneira como está.

Acho que em nenhum lugar do mundo tem esta cultura. Mesmo porque não é cultura. Na minha geração e em outras gerações até mais novas, como a do deputado Aldo, do deputado Morastoni, isso não acontecia. Os eventos culturais, os shows de artistas, os bares e as boates começavam a funcionar nove horas da noite, dez horas, e acabavam uma hora, duas horas da manhã.

Hoje, por incrível que pareça, nada começa antes da uma hora da manhã e acaba lá pelas seis horas da manhã, sete horas da manhã.

Outro dia assisti a uma entrevista, na CBN, alguém dizendo que tentar mudar isso é coisa de provinciano. Absolutamente! Província é o que acontece hoje, com esses eventos que acabam de manhã.

A cidade não dorme mais, por incrível que pareça, deputado Romildo Titon. Em todos os lugares do mundo, nas cidades, nos países mais desenvolvidos, se vamos a Paris, 1h30 da manhã não tem nem mais metrô, acabam todos os eventos e todo mundo volta para casa. E assim é em Londres, nos Estados Unidos, em Nova Iorque, em outras cidades dos Estados Unidos. Em Florianópolis, em São José, Biguaçu, vou falar em Palhoça, a minha região, mas provavelmente Balneário Camboriú é semelhante, em Blumenau, onde as coisas começam a 1h30 da manhã ou às 2h da manhã. Muitos começam às duas horas da manhã e acabam de madrugada, quando o dia está clareando. E aí acontece durante esse tempo uma série de problemas para a cidade de Florianópolis, falando aqui particularmente, deputado Angela Albino, da capital do estado de Santa Catarina. E muitos deixam de participar, porque esses eventos não conseguem esperar até meia-noite, uma hora da manhã.

Aqui está o deputado Neodi Saretta. E quero dizer a v.exa. que vamos fazer, com a presidência de v.exa., uma audiência pública. Vamos chamar aqui para discutir os organizadores, os promotores de eventos culturais e artistas.

Em Florianópolis temos um artista cujo nome é Luiz Meira que para mim é o melhor violonista e músico de Santa Catarina. Ele toca com a Gal Costa, toca no Brasil e no mundo inteiro. Outro dia ele me disse: "Edison, toquei na Alemanha, nos Estados Unidos, com a Gal Costa, e lá começa às 21h e acaba às 23h!"

Então, vamos ouvir nesta Assembleia o sindicato dos hotéis, restaurantes e similares; vamos ouvir o Ministério Público, a Polícia Militar. E seria bom que pudéssemos ouvir as mães e as famílias que ficam inquietas dentro de casa, ansiosas, porque os filhos saem às 19h e só voltam às 6h. Deputado Neodi Saretta, das 19h à 1h acontece o famoso esquentar, porque para esperar os eventos os jovens ficam bebendo. E grande parte dos acidentes acontece antes dos eventos realizados nesta cidade. É bem verdade que há momentos em que temos que abrir exceção, como o Carnaval. Agora, não é possível essa mania que foi implantada em Santa Catarina, vejo isso mais em Florianópolis, de que tudo tem que começar depois da meia-noite e acabar às 6h.

Então, a comissão de Turismo e Meio Ambiente irá realizar essa audiência pública. Na oportunidade convidarei todos os deputados para participarem.

Recentemente esse assunto foi levantado na Câmara Municipal de Florianópolis. Eu já tive a oportunidade de me manifestar desta tribuna, há um ano, sobre esse assunto. Também quando disputei uma eleição para prefeito discutimos profundamente esse assunto, que não era mais possível uma cidade como Florianópolis não dormir, não ter hora para dormir. Provavelmente, os jovens que vão a esses eventos culturais, a *shows* que começam às 21h e acabam às 2h ou 3h, têm o resto da madrugada para descansar, o que não acontece hoje para namorar. E lembro-me do deputado Sargento Amauri. E é verdade. Agora não pode, meu presidente, continuar da maneira como está.

Então, quero contar com o apoio desta Casa, dos deputados, para fazer essa grande audiência pública, a fim de que possamos discutir

profundamente essa questão e daqui, quem sabe, não seria esta Casa que iria legislar sobre isso, mas sair determinações para que as prefeituras possam através de seu plano diretor, de seu código de postura, disciplinar o funcionamento desses eventos culturais, boates, bares, restaurantes e principalmente os shows na capital do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Gostaria de fazer o registro nesta Casa, no dia de hoje, dos nossos companheiros do município de Rio dos Cedros: vereador Antônio Zaboli, vereador Sílvio Mércio Mengardo, vereador Jonas Corrente, vereador Clodoaldo Luiz Lenzi, vereador Elias Ferreira, empresário Leonardo Ropelato, ex-vereador Orlando Formigari, que estão visitando esta Casa para saber como funciona a Casa Legislativa do povo catarinense e também reivindicando ações para o município de Rio dos Cedros.

Sejam bem-vindos! Estamos à disposição de todos vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero neste dia, em nome da nossa bancada, trazer a esta tribuna um tema que já tratamos em vários momentos, mas agora, como diz o povo, o caldo começou a esquentar, que é o problema da SCGás.

Refiro-me àquela maracutaia feita em 1994, em que o estado de um dia para outro, sem aprovação desta Casa, perdeu 50% de suas ações. Isso, de fato, precisa ser corrigido. Foi no auge das

privatizações no Brasil, quando se privatizou boa parte de nossas empresas públicas.

Nesse movimento todo o Brasil e Santa Catarina também perdem. O estado perde com o processo de privatização e de perda de uma parte do capital público numa empresa pública, que é a nossa SCGás. Infelizmente os empresários e a população catarinense pagam hoje ainda muito caro por essa articulação e essa mudança no controle acionário da SCGás.

Hoje, a imprensa catarinense traz muitas matérias sobre isso, muitas reportagens. E quero me retratar aqui rapidamente e também fazer justiça nesse processo. Quero recuperar a ação que fizemos nesses anos todos, principalmente nos anos de 2008, 2009 e 2010. A partir de uma solicitação de auditoria na SCGás, feita pelo Ministério Público do Tribunal de Contas, principalmente pelo promotor Diogo Ringenberg. Auditorias foram feitas anteriormente, mas sem encaminhamento, contratada, na época, pela Celesc. A própria Ajesc fez uma auditoria também sobre esse tema, e nós, então, buscando esses dados das auditorias, entramos com uma ação popular, em abril de 2010.

Nessa ação popular questionamos aquele lucro naquele ano, porque entendíamos que estava errado. As empresas estavam levando recursos, distribuição de lucros que eram do estado, não eram das empresas. E nessa articulação toda, nesses anos, até 2010, foram em torno de R\$ 400 milhões de lucro da SCGás, pois ela só começou a dar resultado positivo a partir de 2002. Esse lucro então foi distribuído de forma equivocada. E isso precisa ser recuperado.

Falam-se aqui os dados. E quero registrar a decisão do conselheiro Salomão Ribas Júnior determinando que o governo do estado retome o controle acionário da SCGás. Todo esse levantamento feito pelo Tribunal de Contas e o relatório também foram anexados à nossa ação popular, em 2010, na 1ª Vara da Fazenda Pública da capital. O que estranhamos é que a nossa ação foi julgada improcedente. E agora a Procuradoria do estado assume esse processo. Então, cobramos isso

e fizemos uma indicação para que o estado retome as ações da SCGás. A promotoria pública entra com uma ação e cobra de volta. Agora temos esse julgamento que manda que o estado retome o controle acionário da SCGás.

Nesse período tivemos outra ação feita, em que o estado repassou suas ações para a Celesc. E o próprio Tribunal de Contas define que o estado tem que retomar essas suas ações da SCGás.

Quero aqui registrar esse importante processo que ocorreu nesses anos todos, levantamentos, ações e auditorias, que confirmam o que levantamos em 2008, 2009 e a ação popular já em 2010, para rever essa questão do controle acionário da SCGás. Trata-se de uma importante luta que agora se está confirmando. De fato, essa retomada do estado do controle acionário principal com certeza muda a lógica para as empresas catarinenses quanto ao fornecimento de gás.

Lamentamos que, em todos esses anos, boa parte desse lucro, cerca de R\$ 400 milhões, tenha ido para acionistas privados inclusive, uma vez que deveria ter sido reinvestido no sentido de termos gás na região serrana, no oeste de Santa Catarina e em todas as demais regiões, para as empresas poderem produzir mais barato para a população, principalmente da área de cerâmica.

Esperamos que isso seja corrigido o mais rápido possível, para que a SCGás, uma empresa pública catarinense, possa de fato cumprir a sua função, que é fornecer gás para ajudar no desenvolvimento de todas as regiões do estado.

Para finalizar, quero aqui, sr. presidente, registrar que o nosso partido está fazendo o roteiro das suas 36 microrregiões. Já fizemos um bom número de municípios do planalto norte, parte do vale do Itajaí, e estaremos em outras regiões nos próximos dias, discutindo tanto a organização interna como o processo de eleição deste ano, a eleição das novas direções do partido no âmbito estadual e nacional e também discutindo o processo das eleições de 2014. O partido está fazendo um grande debate sobre o projeto alternativo que pretende apresentar nas eleições de 2014.

Quero desejar feliz Páscoa a todos os colegas parlamentares, a todas as pessoas que nos visitam e à população catarinense que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, hoje me senti um pouco constrangido ao assistir na televisão imagens da aberração que é a farra do boi. Eu sugiro à Polícia que faça o mesmo com as pessoas que fazem maus tratos ao boi - pedrada, paulada, cutucão de faca e laço -, para mostrar o quanto é penoso para o animal que está sofrendo. E vimos bois caídos nas casas, invadindo as praias e não voltando mais.

Então, no domingo, em Caçador, quando tivemos o rodeio crioulo fazendo parte das festividades do município, argumentei sobre isso. E há um deputado em São Paulo, meio doido, que quer acabar com os torneios de laço, um esporte bom, limpo e respeitado. Mas farra de boi é uma coisa e torneio de laço é outra.

Eu vou ler aqui uns artigos do regulamento do MTG.

(Passa a ler.)

"Artigo 9º - Parágrafo único - destacam-se, entre o que se entende por 'locais e instalações compatíveis':

- mangueiras, bretes, potreiros, corredores, canchas, instalações para o abrigo de juizes, narradores e secretaria, nas proporções compatíveis com a envergadura do evento, todos oferecendo absolutas condições de segurança;

No mesmo artigo:

VII - b - excepcionalmente será permitido o uso de "aspas artificiais" e/ou "cabrestos" em animais mochos, desde que ofereçam plenas

condições de laço e sejam aprovados pela Comissão Julgadora, que em caso de dúvida desclassificará o animal. O MTG-SC dispõe de modelo adequado, apresentado e aprovado na Convenção realizada em 30.05.2007.”

Vou mostrar para a plateia o aparelho, o equipamento para mostrar à sociedade como é que se laça boi mocho.

(O deputado demonstra o uso do aparelho.)

Isso é um bucal, para quem entende, um cabresto, que é colocado na cabeça do boi, com carinho, sem machucar em absoluto o boi. E esse boi corre na cancha para ser laçado, sem problemas.

Com o boi mocho é permitida a laçada, mas pode machucar o olho, mas com este aparelho não tem perigo. É um aparelho leve, chifre de alumínio.

Pena que o deputado Marcos Vieira não esteja presente, pois ele tinha me sugerido para trazer o aparelho, mas poderá assistir depois pela TVAL.

Portanto, continuo lendo.

“Artigo 13 - será levado ao conhecimento do MTG-SC, para que sejam tomadas as devidas providências, os nomes de participantes que se portarem de modo desrespeitoso ou desleal para com qualquer representante dos promotores do evento, comissão julgadora e autoridades tradicionalistas.

Artigo 17 - as entidades promotoras de eventos ficam obrigadas, sob pena de responsabilização cível e criminal de seus dirigentes, a impedir e/ou cancelar inscrições de participantes que apresentem visível estado anormal de comportamento, seja ele causado por consumo de bebidas alcoólicas em excesso; uso de substâncias entorpecentes; desequilíbrios emocionais; entre tantos outros aspectos que possam acarretar riscos a si próprios ou a outrem.

Artigo 28 - o laçador que golpear secamente a rês terá sua armada anulada, sempre a critério da comissão Julgadora, sujeitando-se, inclusive, a ser punido com a eliminação para o restante das provas do evento.”

É um carinho com o animal.

"Artigo 29 - o cavalo deverá estar totalmente dentro da raia delimitada na respectiva cancha, quando do ato de lançamento da armada pelo participante, sendo que a rês poderá já ter ultrapassado referido limita."

No art. 33, diz o seguinte:

(Continua lendo.)

"- O peão que maltratar/surrar a rês, o seu equino ou animal existente no ambiente do evento, será impedido de participar de qualquer competição, assim como terá sumariamente cancelada qualquer inscrição que já tenha efetuado, sujeitando-se, inclusive, a ter que se retirar do local. A mesma punição deverá ser aplicada a eventuais pessoas que não estejam participando das provas do evento."

Vejam como é importante esse movimento do tradicionalista gaúcho em Santa Catarina e de todo Brasil, com respeito tanto com a rês, que é utilizada para as provas, quanto com o cavalo.

Então, acho que é importante que esclareçamos ao povo de Santa Catarina que torneio de laço não é farra de boi. Lá não se maltrata o animal nem a rês que é laçada, muito menos o cavalo que é montado. E como qualquer atividade, na lida do campo é uma retórica dos antecedentes que lutavam no campo, na sua lida normal do dia a dia.

Portanto, quero aqui cumprimentar mais uma vez a direção do MTG, hoje na sua direção o nosso amigo Pompeu, lá do oeste, e todos os patrões de CTGs de Santa Catarina e dos piquetes. E os peões, por que não, pois eles participam também.

Sr. presidente, deputado Romildo Titon, v.exa. conhece muito bem que no torneio de laço participam o avô, a avó, o nono, a nona, o pai, a mãe, o filho e o neto, por isso temos as modalidades até de crianças de cinco anos laçando com a vaca parada e com sete anos laçando na montaria.

Portanto, é um esporte que reúne pessoas. E tenho dito que nesse esporte existem craques, sim, mas são do laço, da diplomacia...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Srs. deputados, a bancada do PSDB deixou de ocupar o espaço na tentativa de que sobrasse um tempo antes da Orem do Dia para uma manifestação que foi acordo de todas as lideranças.

Portanto, chamamos os srs. parlamentares que estão em seus gabinetes para que daqui a dez minutos possamos entrar na Ordem do Dia, pois temos vários projetos na pauta.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Muito obrigado, sr. presidente.

Eu só gostaria de rapidamente cumprimentar o Calil por sua fala, trazendo a este Plenário informações importantes e detalhadas de um tema que ainda é um tanto desconhecido, tenho certeza por parte senão de todos, mas da maioria dos parlamentares desta Casa. E esta também, sr. presidente, é uma justa homenagem à nossa concepção a essa categoria de profissionais que tem prestado importantes serviços à população, oferecendo soluções para amenizar males que atingem a nossa população, a um custo mais reduzido. Trata-se de uma prática que tem adquirido, conquistado espaços importantes, inclusive nesta Casa, como foi salientado pelo Calil, já que temos aqui um setor de Naturologia, cuja chefe é a sra. Elizabete aqui presente. Temos também a Janaína, a Luiza, a Máira, a Camila e a Lenize.

Menciono aqui, porque considero importante, que tramitam nesta Casa duas propostas de lei, uma de autoria do deputado Jailson Lima, que tem como objetivo criar o programa de terapias naturais em Santa Catarina, e outra do deputado Darci de Matos, que propõe a criação de terapias

complementares alternativas nas unidades de saúde e nos hospitais de Santa Catarina.

Quero aqui antecipar, sr. presidente, que na próxima semana estaremos propondo nesta Casa um projeto de lei instituindo em Santa Catarina o Dia do Naturólogo, escolhendo a data do dia 23 de março para prestarmos esta justa homenagem a esses profissionais que fazem esse trabalho destacado em todo o nosso estado.

Muito obrigado, Sr. presidente.

Parabéns a todos!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, também quero cumprimentar o Sr. Calil, toda a equipe que está aqui e todas as pessoas que estão praticando naturologia, estão se dedicando a curar doenças e a prevenir doenças.

Já falei aqui da questão da qualidade da alimentação para a nossa população, tanto dos alimentos, como quando a pessoa está doente. Devemos aproveitar o que a natureza tem de melhor. E isso para nós todos é extremamente importante.

Tenho me tratado com terapias naturais, deputado Volnei Morastoni. E a minha esposa também está fazendo faculdade nessa área. Isso com certeza é o grande diferencial e a grande perspectiva de melhorias para a nossa saúde.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, eu queria aproveitar a oportunidade para lembrar que na comissão de Saúde, desta Casa, foi criada uma subcomissão com representantes das várias áreas nas práticas integrativas e complementares da Homeopatia, da Acupuntura, das plantas medicinais, enfim, de vários setores. Então, essa subcomissão está elaborando uma

proposta para apresentar ao governador e inclusive ter o encaminhamento do próprio sr. governador, uma vez que cria estrutura, que cria determinadas condicionantes, para não haver nenhuma arguição de inconstitucionalidade. Estamos elaborando um anteprojeto de lei nessa área, pedindo uma audiência ao governador, para que ele remeta a esta Casa, com o seu consentimento e também em entendimento com a secretaria da Saúde, um projeto de lei contemplando amplamente essa área.

Portanto, convido os naturólogos aqui presentes que possam indicar um representante nessa subcomissão que está em atividade, para que dentro de um prazo máximo de dois meses, que estabelecemos, possa se ter essa proposta concluída, para poder vir a esta Casa e fazer um debate sobre esse importante encaminhamento para a saúde de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

Esta Presidência solicita aos deputados que se encontram nos gabinetes que possam descer ao plenário, porque temos projetos de lei complementar para votação, que exigem quórum qualificado.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer Contrário à seguinte matéria e que a mesma terá seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0155/2012;

Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos ofícios n.s: 0003/2012, 0006/2013, 0254/2012, 0298/2012, 0425/2012, 0472/2012, 0575/2012, 0592/2012, 0656/2012, 0663/2012, todos de entidade social encaminhando relatório de atividades.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0047/2012.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0306/2012.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0251/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta, que institui a Semana Catarinense de Reciclagem nas escolas públicas estaduais.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0257/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que altera o art. 1º da Lei n. 12.282, de 2002, que dispõe sobre o fornecimento de alimentos orgânicos na merenda escolar nas unidades educacionais do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0258/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio, que denomina Centro

Esportivo Vitório Stormovski o espaço esportivo do Centro Comunitário Social Ilma Rosa De Nês, no município de Chapecó.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0360/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui o Dia do Passeio Ciclístico no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0226/2012, de autoria do deputado Plínio de Castro, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Padre Romualdo Zimmer, com sede no município de São José do Cedro.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0307/2012, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Caxiense, do município de São Miguel d'Oeste.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0342/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que declara de utilidade pública a Associação da Terceira Idade Renascer (ATIRBBS), de Balneário Barra do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2013, de autoria do Ministério Público, que reajusta o subsídio dos membros do Ministério Público de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, queria propor a retirada deste projeto da Ordem do Dia de hoje para a Ordem do Dia da sessão de terça-feira da semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Consulto os srs. líderes para saber se concordam com o pedido do sr. deputado Dirceu Dresch.

(Os líderes aquiescem.)

Com a concordância dos srs. líderes, esta Presidência retira da pauta da Ordem do Dia de hoje o Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2013.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0026/2012, de autoria do Tribunal de Justiça do estado, que altera dispositivo da Lei Complementar n. 339, de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciária do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal pelo processo eletrônico.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Consulto os srs. deputados se todos exerceram o direito de voto.

Está encerrada a votação.

Temos 23 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0042/2011, de autoria do Tribunal de Justiça, que transforma os cargos remanescentes de Juiz Especial, criados no Quadro da Magistratura de Primeiro Grau, pelo art. 2º da Lei Complementar n. 398, de 2007, em cargos de Juiz de Direito de entrância final e especial.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal pelo processo eletrônico.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	

DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Consulto os srs. deputados se todos exerceram o direito de voto.

Está encerrada a votação.

Temos 23 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0218/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio, que disciplina a cobrança de taxa de conveniência e taxa de entrega pelas empresas prestadoras de serviço de venda e de entrega de ingressos pela internet, telefone ou meios similares no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência retira os demais projetos de pauta.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0148/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0149/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0150/2013, de autoria do deputado Padre Pedro

Baldissera; 0151/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0152/2013, 0153/2013, 0154/2013, 0155/2013, 0156/2013, 0157/2013, 0158/2013, 0159/2013, 0160/2013 e 0161/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0162/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere de plano, os Requerimentos n.s: 0219/2013, de autoria da deputada Angela Albino; 0220/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0221/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0222/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0223/2013, 0224/2013, 0233/2013 e 0234/2013 de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0225/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0226/2013, 0229/2013 e 0230/2013 de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0227/2013, de autoria da deputada Angela Albino; 0228/2013 e 0235/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0231/2013 e 0232/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider.

Pedido de Informação n. 0027/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado aos secretários de estado da Fazenda, da Administração, de Comunicação e do Planejamento, solicitando informações sobre o valor investido em publicidade para divulgação do Programa Pacto por Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0028/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado aos secretários da Segurança Pública e da Justiça e Cidadania, solicitando informações referentes às ondas de ataque ao sistema de segurança do estado e a decretação da situação de emergência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Finda a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amigos catarinenses que nos acompanham pela TVAL ou Rádio Alesc Digital, através dos meios de comunicação, queria cumprimentar os inúmeros prefeitos e vereadores que se fazem presentes nesta Casa, na tarde de hoje, acompanhando os nossos trabalhos e buscando apoio para os pleitos das suas prefeituras junto ao governo do estado que, aliás, tem inúmeros projetos a serem encaminhados, em diversas áreas.

Quero cumprimentar os vereadores Sandro Jarozinski, presidente da Câmara de São João do Itaperiú, e também o prefeito.

Gostaria de cumprimentar, ainda, os amigos de Canelinha, especialmente os moradores do Moura, que no dia de hoje nos receberão.

Em 2006, o governador da época, através de um decreto, retirou a rodovia SC-409 do Plano Estadual. O deputado Maurício Eskudlark e outros estão dando apoio àquela comunidade para reincluir a então SC-409 no Plano Estadual, porque se trata de uma rodovia muito importante para fazer a ligação entre Brusque, especificamente, no bairro Limeira com a Canelinha. Essa rodovia, estando revitalizada, estando pronta, vai facilitar muito o acesso de quem vem do vale do rio Itajaí e vai para o vale do rio Tijucas, transpondo essa região através da SC-409 e evitando um tráfego exageradamente alto que já existe nas vias normais através da rodovia Gentil Archer, ou seja, a rodovia que vai de Brusque a Nova Trento e de Brusque a São João Batista.

A SC-409 seria, então, uma grande alternativa para desviar o trânsito do centro de Brusque, facilitando o tráfego para as pessoas que acorrem de Nova Trento para o vale do rio Tijucas, e que vão a Santa Paulina passando por essa rodovia.

Infelizmente, ela foi retirada do plano estadual e agora, por apoio do Deinfra, o governador Raimundo Colombo já está elaborando um decreto para reincluí-la no plano estadual. Estando no plano poderá receber o apoio financeiro para aquela rodovia ser revitalizada.

Hoje à noite a comunidade do Moura e muitos representantes de Canelinha, vereadores e prefeitos, seguramente lá estarão reunidos para buscar o apoio político e de fato fazer acontecer essa reinclusão da rodovia, que é a primeira fase, no plano estadual. E a partir daí, então, elaboraremos um projeto para futuramente fazer a revitalização daquela rodovia e a ligação entre Brusque, da comunidade de Limeira, até Canelinha, na SC-410 - e que, inclusive, hoje, o governo do estado já está revitalizando.

Quero ainda saudar um amigo desta Casa, Roberto Costa, dono da Propague, que nesse período completa 50 anos de serviços prestados de comunicação. A Propague tem uma bela história e apresenta um trabalho de vanguarda.

Gostaria de saudar o seu diretor-presidente, Roberto Costa, pelos extraordinários trabalhos que tem apresentado.

Hoje pela manhã a comissão de Finanças aprovou um projeto de lei de autoria deste deputado que visa melhorar o serviço que é prestado nos postos de gasolina.

É comum que nos postos de gasolina tenhamos, além da venda de combustíveis, também a venda de mercadorias em lojas de conveniências. Mas é imprescindível que haja um serviço de sanitários, de banheiros.

Normalmente quando alguém para o veículo para abastecer o veículo é comum precisar também do serviço de banheiros. Infelizmente, um grande número de estabelecimentos tem o banheiro como se fosse algo muito secundário. O banheiro está lá

longe, do lado de fora, numa porta escondida, escura. Muitas vezes a pessoa tem que pegar a chave com a moça do caixa para ter acesso ao banheiro. Geralmente esses banheiros estão desprotegidos do sereno, do sol e da chuva. Enquanto o frentista abastece o carro, a pessoa vai ao banheiro correndo da chuva, ou evita ir por causa da chuva. E o melhor que o cliente pode fazer, quando sabe que será assim, é tentar, muito provavelmente, desviar do posto.

Ele tende a parar num posto que tenha um serviço de banheiro melhor. Muitos já fazem assim, principalmente quando sabemos que o banheiro daquele posto está num lugar ruim. Acontece que um grande número de vezes a gente não sabe, e quando para, parou num lugar que não tem o banheiro num lugar adequado.

Então, apresentei um projeto que já passou pela comissão de Justiça, já passou pela comissão de Finanças e em breve virá a este plenário para ser votado, que obriga todos os postos de gasolina a dispor desse serviço, a ter os banheiros disponíveis e de fácil acesso, com cobertura para o sereno, chuva, a partir do ponto em que normalmente o cliente deixa o carro abastecendo na bomba.

Por isso, seguramente, virando lei vai ser um serviço melhor que os postos de gasolina vão prestar e que não é ruim para eles. Muitos terão que fazer, sim, uma adequação para poder colocar a cobertura. Todos terão um prazo para fazer isso, até mesmo para evitar que se receba uma multa ou que seja proibido o seu funcionamento.

Isso virá em benefício deles. Como disse anteriormente, as pessoas que sabem que num determinado posto de gasolina o serviço de banheiro é ruim, sujo, constrangedor, normalmente deixam de parar naquele posto e abastecem em outro lugar, muitas vezes mais caro, mas que tem um serviço melhor.

Então, essa exigência de certa maneira, que inicialmente o dono do posto poderá se sentir obrigado a fazer essa melhoria, virá em benefício dele mesmo e naturalmente de todos os usuários.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -
Os próximos oradores que estão inscritos não estão
em Plenário.

(Pausa)

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da
palavra, esta Presidência, antes de encerrar a
presente sessão, convoca outra, ordinária, para
terça-feira, no horário regimental, com a seguinte
Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de
serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.